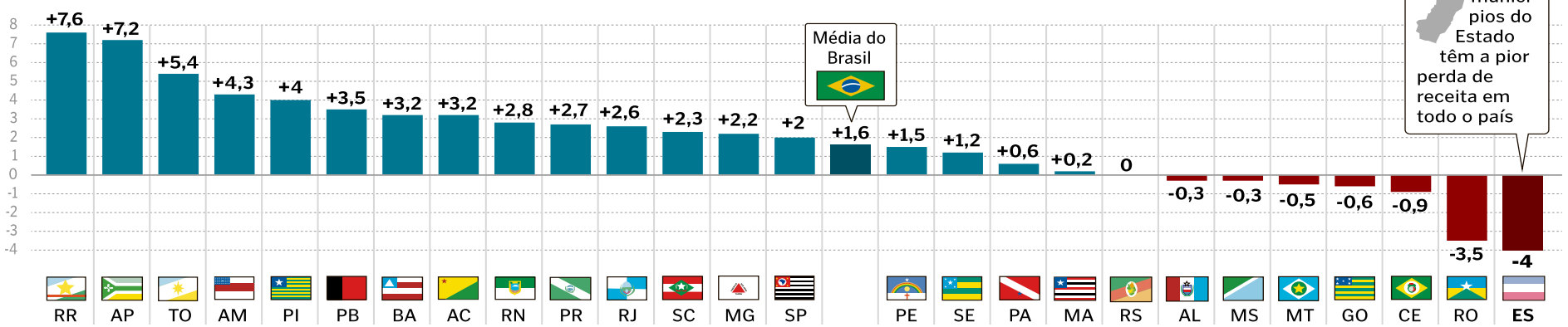


REPORTAGEM ESPECIAL

RAIO-X DAS RECEITAS

Cidades do Espírito Santo foram as que mais perderam receita no Brasil em 2013.

TAXA DE CRESCIMENTO DA RECEITA CORRENTE DOS MUNICÍPIOS (MÉDIA POR ESTADO) NO ANO PASSADO Em %

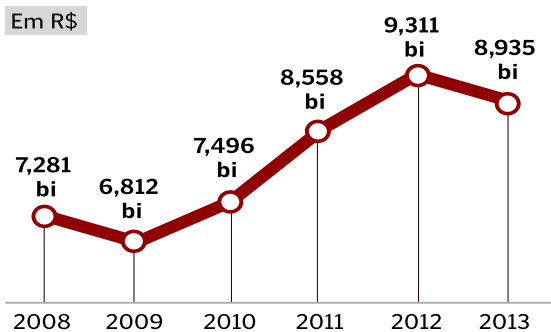


Os 78 municípios do Estado têm a pior perda de receita em todo o país

Entre os 78 municípios do Estado, 53 registraram queda de receita no ano passado

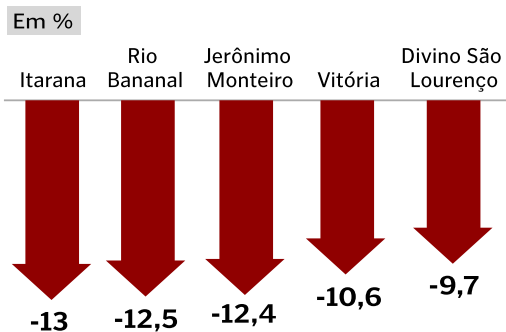
Ao todo, os 78 arrecadaram, em 2012, **R\$ 9,311 bilhões**. No ano passado, o montante caiu para **R\$ 8,935 bi**.

EVOLUÇÃO NOS ÚLTIMOS ANOS

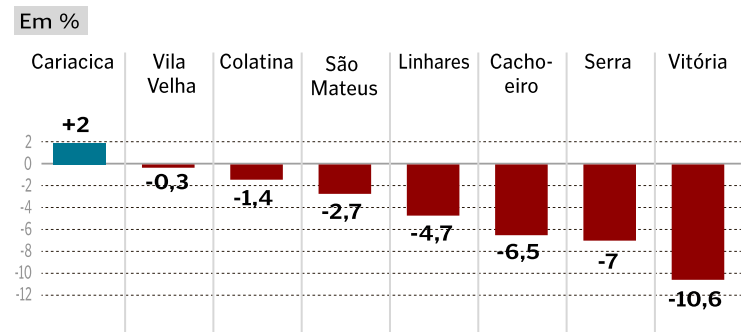


Fonte: Aequus Consultoria

AS MAIORES QUEDAS



SITUAÇÃO DAS MAIORES CIDADES



A Gazeta | Editoria de Arte | Gilson

MUNICÍPIOS DO ESTADO PERDERAM MAIS NO PAÍS

Enquanto a receita nacional cresceu 1,6%, a estadual teve queda de 4%

ABDO FILHO
afilho@redgazeta.com.br

Entre os 5.564 municípios do Brasil, os 78 do Espírito Santo foram os que mais perderam receita no ano passado. Enquanto a média nacional de crescimento da receita corrente líquida das cidades foi de 1,6%, por aqui foi registrada uma queda de 4%. O levantamento é da Aequus Consultoria.

O baixo dinamismo da economia brasileira contribuiu decisivamente para o mau desempenho das receitas municipais em todo o Brasil. No Espírito Santo, ainda houve a perda de força do Fundap (Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias). Essa conjugação de fatores, colocou Vitória, por exemplo, sempre tida como uma "cidade rica", na pior crise financeira de sua história. Nos últimos três anos, a receita da Capital encolheu 12%.

A Resolução 13 do Sena-

do, que começou a valer em 1º de janeiro do ano passado, baixou de 12% para 4% as alíquotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações interestaduais envolvendo mercadorias importadas. Com o objetivo de fazer as importações pelos portos do Espírito Santo, as operações via Fundap tinham o seguinte incentivo: dos 12% de ICMS, 8 pontos percentuais (p.p.) voltavam às importadoras via financiamento, 3 p.p. iam para os 78 municípios e 1 p.p. ficava com o Estado.

MILHÕES A MENOS

Com a Resolução 13, a repartição ficou da seguinte forma: 3 p.p. para as empresas e 1 p.p. para os 78 municípios. Dessa forma, o incentivo perdeu muita força e parte das empresas deixaram de operar pelo Espírito Santo. Estado e municípios perderam atividade econô-



DIVULGAÇÃO

Menos dinheiro

Para Tânia Vilella, diretora da Aequus Consultoria, responsável pelo levantamento, é necessário fazer mais com menos dinheiro.

mica, e os municípios viram sua arrecadação despencar. Só por conta dessa medida, foram R\$ 328,8 milhões a menos no caixa das cidades capixabas em 2013.

No ano passado, só cinco cidades (Viana, Piúma, Rio Novo do Sul, Itapemirim e Cariacica) não viram os re-

passes de ICMS caírem. O impacto disso nas receitas correntes líquidas (soma das receitas tributárias e das transferências obrigatórias feita por Estado e União) foi imediato. Entre os 78 municípios do Espírito Santo, 53 registraram queda de receita no ano passado. A queda

geral (os 78 somados) foi 4%, de R\$ 9,311 bi, em 2012, para R\$ 8,935 bi.

2014 RUIM

Com relação a 2014, ainda não há dados consolidados, mas, segundo o presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes), Dalton Perim, pouca coisa mudou. "A arrecadação não subiu, nem caiu em 2014. O que aconteceu é que os prefeitos, diante do tamanho do problema, passaram a segurar os gastos em busca de equilíbrio".

Tânia Vilella, diretora da Aequus Consultoria, diz que o caminho tem de ser esse mesmo – fazer mais com menos dinheiro –, mas lembra que os problemas vão além.

"Primeiro que a economia precisa voltar a crescer, sem isso a arrecadação não anda. Depois tem a questão do pacto federativo. Es-

tudo do professor Kléber Pacheco de Castro mostra que os municípios arrecadam 6,4% do bolo tributário nacional, mas precisam de 18,4% para ficarem em dia com as obrigações legais acerca de saúde, educação, segurança e demais encargos. Esse bolo precisa ser redistribuído e a quantidade de obrigações em cima dos municípios deve ser revista".

As dificuldades são muitas, as responsabilidades também e o dinheiro vem ficando mais curto, daí a necessidade de aumentar a responsabilidade dos gastos e cortar a "gordura". Só para termos uma ideia de como o custeio avançou nos últimos anos, entre 2005 e 2012, o número de servidores municipais disparou no Espírito Santo: de 96.186 para 138.937 funcionários, um aumento de 44% em apenas sete anos.

União em vez de emancipação

A Associação dos Municípios (Amunes) defende a redução da quantidade de cidades

Num cenário de grave crise financeira nas prefeituras, o presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes), Dalton Perim, vai na contramão do discurso de emancipação política que dominou a agenda dos municípios nas últimas três décadas e defende a redução da quantidade de cidades.

“Em vez da emancipação, defendo a união de municípios. A gestão precisa ser técnica, passou a época daquela visão clientelista, a visão precisa ser mais moderna e, claro, mais eficiente”.

Perim ressalta os altos custos que vêm junto da emancipação. “Emancipação é um problema. Te impõe um custo administrativo fixo – que é a prefeitura, as secretarias, a Câmara de Vereadores e os controles –, muito alto, in-

dependente do tamanho da cidade. Temos alguns municípios no Estado que não suportam esse custo, a arrecadação não paga o custeio da máquina”.

Em carta enviada aos presidentes, em 1º de setembro passado, a Frente Nacional de Prefeitos não chega a falar na união de municípios, mas reconhece as muitas dificuldades enfrentadas. “Apesar dos avanços conquistados, é preciso reconhecer que a capacidade institucional dos municípios brasileiros, além de muito desigual, tem frequentemente se mostrado inadequada para oferecer respostas a desafios públicos estratégicos”.

O documento enumera os primarismo de muitos dos municípios brasileiros e propõe saídas.

“Recorrentemente diversos municípios apresentam dificuldades como: elaboração e acompanhamento na execução de projetos; planejamento e controle fiscal;



BERNARDO COUTINHO - 11/04/2014

“Emancipação é um problema. Te impõe um custo administrativo fixo, muito alto, independente do tamanho da cidade”

DALTON PERIM
PRESIDENTE DA
AMUNES

gestão de processos e da informação. É preciso construir saídas para o enfrentamento desse desafio, pois as ofertas disponíveis para auxiliar os municípios na superação de tais debilidades institucionais são flagrantemente insuficientes”.

PROPOSTAS

Sem muitas saídas para

estancar a sangria instalada nos cofres municipais do Espírito Santo, Dalton Perim aposta no projeto de lei que tramita na Assembleia Legislativa propondo a exclusão da composição do Índice de Participação dos Municípios no ICMS do Valor Adicionado Fiscal nas operações de transferência de petróleo e gás natural entre

mesmo estabelecimento (por exemplo, quando a Petrobras extrai óleo em Presidente Kennedy e manda refinar no Rio).

“Não prejudicaria os produtores de petróleo, porque o projeto estabelece que as mudanças se deem daqui para frente, e impede que as cidades que não produzem petróleo sigam perdendo

participação no ICMS. Hoje, temos cinco ou seis municípios muito bem, e os demais com o pires na mão”.

A Frente Nacional de Prefeitos, apresenta, em sua carta aos presidentes, uma série de propostas. Entre elas está aumentar a participação dos municípios no bolo tributário nacional, aperfeiçoando os critérios de partilha do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O documento ainda solicita que encargos municipais criados por leis federais aponte as fontes de receita.

“Conforme preconiza a própria (LRF) Lei de Responsabilidade Fiscal, condicionar a entrada em vigor de novas despesas aprovadas pelo Congresso Nacional à indicação clara e precisa das respectivas fontes de receitas, sejam elas relativas à criação de pisos salariais e seus respectivos critérios de reajustes, redução ou alteração de jornada de trabalho, instituição de novas atribuições, dentre outras”.